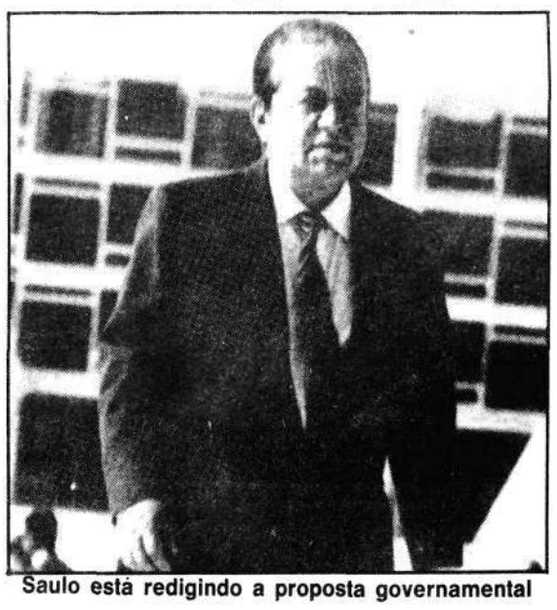
Governo prepara emenda com presidencialismo

BRASÍLIA — O Consultor Geral da República, Saulo Ramos, vai redigir até a próxima quarta-feira uma emenda propondo a manutenção do sistema presidencialista de governo, que será encaminhado à Comissão de Sistematização da Constituinte, através das lideranças da Aliança Democrática. As negociações para a aprovação dessa proposta serão coordenadas pelo Ministro Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, e pelo Líder do Governo na Constituinte, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA).


Saulo está redigindo a proposta governamental

Essa estratégia foi definida ontem em reunião do Presidente José Sarney com o Ministro Costa Couto e Saulo Ramos, durante a qual discutiram pontos do anteprojeto do Deputado Bernardo Cabral.

Ao deixar o gabinete presidencial com o anteprojeto debaixo do braço, Saulo Ramos manteve nova reunião com Costa Couto.

— O Governo vai lutar pelo presidencialismo. Não abre mão disso — disse Saulo Ramos.

Ele informou ainda ter recebido do Presidente Sarney a determinação de colocar à disposição dos constituintes a estrutura da Consultoria Geral para a redação e embasamento jurídico de emendas ao anteprojeto de Bernardo Cabral.

A mesma orientação foi dada aos ministros e outras autoridades do Governo, que ficarão à disposição das lideranças da Aliança Democrática para sugestões e subsídios de suas áreas.

— Nós não vamos preparar emendas, mas apenas viabilizar redacional e juridicamente propostas que vierem nos trazer — disse Saulo Ramos.

Representante da Igreja do Rio faz defesa do usucapião para favelados

BRASÍLIA — O usucapião urbano — que daria aos favelados o direito à posse "da parcela do solo que ocupam" — foi defendido ontem pelo representante da Arquidiocese do Rio, Carlos Roberto Siqueira Castro, no plenário da Comissão de Sistematização, durante a sessão destinada às emendas populares. Com poucos constituintes presentes, Siqueira disse que a emenda, assinada por 30.240 pessoas, reconhece direito de posse ao "grupo familiar que estiver ocupando um terreno particular em área urbana, para fim de moradia, de forma pacífica há mais de dois anos, continuamente e sem reconhecimento de domínio alheio".

No entanto, o discurso mais esperado foi o do Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Ulisses Riedel. Ele acusou o Relator Bernardo Cabral de ter, "com apenas uma penada", suprimido todos os dispositivos aprovados na Comissão da Ordem Social, "com o apoio das mais expressivas lideranças da própria Constituinte".

Para ele, "a dívida social do Brasil para com os trabalhadores é muito maior do que a dívida externa". Riedel disse acreditar que cada um dos constituintes saberá evitar um "retrocesso constitucional" para impedir a continuação "deste país de miséria em que hoje vivemos". E informou estar enviando aos parlamentares vários pareceres jurídicos a favor da estabilidade no emprego e da redução da jornada de trabalho, conforme aprovado na Comissão da Ordem Social.

Também falou em defesa da estabilidade no emprego e da redução da jornada de trabalho o Deputado Paulo Paim (PT-RS), Vice-Presidente da CUT. As duas emendas populares — defendidas por Paim e Riedel — somam mais de um milhão de assinaturas. O dirigente da CUT atribuiu os acidentes de trabalho à atual jornada e, ao fazer uma comparação dos direitos trabalhistas previstos nas Constituições anteriores, concluiu que o projeto representa um retrocesso em relação a todas elas.

Em seguida, foi a vez de os aposentados defenderem o recebimento de pensões equivalentes ao último salário na ativa, bem como o direito de aposentadoria aos 30 anos de serviço para o homem e 25 para a mulher. Na proposta de Cabral, os vencimentos dos aposentados são proporcionais à média dos últimos 36 meses de trabalho, depois de terem completado 30 anos de serviço (para as mulheres) ou 35 (para os homens), não incluído o período trabalhado antes dos 18 anos de idade e desde que tenham 48 anos de idade (as mulheres) e 53 anos (os homens).

PFL forma grupo para estabelecer bases da ação contra o substitutivo

BRASÍLIA — O substitutivo do Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) não agradou ao PFL. A este consenso chegou a bancada em reunião, ontem, no gabinete do Presidente do partido, Senador Marco Maciel (PE), quando foi definida a estratégia de combate à proposta. Os pefelistas decidiram aprofundar a análise do substitutivo, capítulo a capítulo, por intermédio de uma comissão especial que se reunirá na segunda-feira. Com o estudo na mão, a bancada pretende negociar com outros partidos e tendências para fazer prevalecer suas idéias na Sistematização.

Foto de Gilberto Alves

Prieto, Queiroz e Lourenço: reunião do PFL

Maciel frisou que a cúpula do PFL não tomou conhecimento prévio do anteprojeto, pois Cabral não "descia a detalhes" nas reuniões amplas da Comissão. O Senador afirmou-se surpreso com a quantidade de matérias novas incluídas, muitas das quais exigem alteração imediata. Citou os critérios de composição da Câmara dos Deputados, a anistia, a questão tributária, a definição de empresa nacional e grande parte do capítulo sobre o sistema de governo. Ele julga inadiável a definição das tendências do partido, a partir das quais se buscaria um entendimento com o Relator.

Marco Maciel analisará os princípios fundamentais e os direitos e liberdades fundamentais e o Líder no Senado, Carlos Chiarelli (RS), estudará a parte social. Caberá ao Senador Aloysio Chaves (PA) e aos Deputados Saulo Queiroz (MS), José Lins (CE), Arnaldo Prieto (RS) e Mendes Tame (SP) o exame dos demais capítulos.

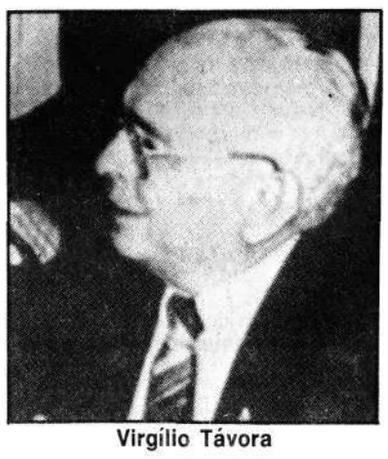
O Secretário Geral, Saulo Queiroz criticou a não fixação do número de membros da Câmara, interpretando-a como uma tentativa para aumentar a representação paulista de 60 para 80 Deputados.

Só consenso modificará substitutivo

BRASÍLIA — Nenhum dos grupos político-ideológicos organizados na Constituinte terá condições de, isoladamente, modificar o substitutivo do Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral. Este era o único consenso, ontem, entre as lideranças políticas, que já se organizam para enfrentar as votações que definirão, a partir de setembro, a nova Constituição.

Tanto na Comissão de Sistematização quanto no plenário, os temas considerados polêmicos desde a instalação da Constituinte continuarão polarizando as opiniões. Como qualquer modificação no substitutivo exigirá maioria absoluta de votos, os chamados "centristas" ganharam, nas análises dos "moderados" e "progressistas", a denominação de "prováveis adesistas".

Para o Senador Virgílio Tavora (CE), Secretário Geral do PDS e um dos relatores adjuntos da Comissão de Sistematização, apenas dois pontos têm possibilidades objetivas de ser alterados dentro do substitutivo de Cabral: sistema de governo e reforma agrária. O primeiro porque vai provocar uma grande mobilização política, que envolverá desde o Palácio do Planalto até os Governadores, passando pelas principais lideranças partidárias. O segundo porque é o grande tema de polarização ideológica, sobre o qual "se procurou inútil e exaustivamente o consenso".


Virgílio Távora

— Qualquer outra modificação será tópica e inexpressiva — prevê Virgílio. — Pela minha experiência como parlamentar, e durante esses meses de trabalho junto aos grupos que procuravam as soluções de consenso, acredito que, não este, mas o segundo substitutivo de Bernardo Cabral será praticamente a nova Constituição, a não ser que aconteça um fato novo.

Virgílio, assim como o Líder do PDT, Brandão Monteiro (RJ), e o Vice-Líder do PT, José Genoíno (SP), acredita que, fora os votos "definidos" em cada posição, resta uma grande maioria que, mais do que de "centro", é formada por políticos que só se definirão sobre os pontos polêmicos na hora da votação e de acordo com as influências externas. E elas podem vir das bases, dos Líderes formais e informais, dos Governadores ou do "Olimpo", como chamou o Palácio do Planalto.

A estratégia, tanto dos "progressistas" como dos "moderados", para ganhar votos é semelhante. Primeiro, apresentar emendas coletivas para cada proposta. Segundo, tentar "alianças pontuais" para trabalhar ponto a ponto. Terceiro, incentivar as "pressões das bases". E, como último recurso, utilizar todos os mecanismos disponíveis para obstruir as votações dos temas polêmicos e adiar ao máximo a conclusão dos trabalhos.

Na classificação de "aliança pontual" em defesa do presidencialismo, o Presidente José Sarney e o Presidente do PDT, Leonel Brizola, estarão trabalhando juntos com os Governadores de São Paulo, Orestes Quércia, e do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, e com os Presidentes do PMDB, Ulysses Guimarães, e do PFL, Marco Maciel, numa conjugação de forças que não se repetirá em qualquer outro artigo do substitutivo de Cabral.

— Com isso tudo, não entendo como o Relator optou pelo parlamentarismo — surpreende-se Virgílio. — Acho que no mínimo houve falta de habilidade política. Agora criou-se uma situação que vai provocar uma das disputas mais acirradas da Constituinte.

Na votação da reforma agrária, embora sem nomes ainda tão definidos, porque a disputa será ideológica e não política, "quem conseguir mais voto leva", diz Virgílio, que ainda não é capaz de avaliar os números.

O Presidente da Comissão de Acompanhamento Constitucional da UnB, João Gilberto, não acha a situação tão sacramentada como acredita a maioria dos líderes políticos. Desde os relatórios das subcomissões, observou, as votações dos relatórios apresentaram surpresas.

'Progressistas' apresentarão emendas para 18 questões

BRASÍLIA — O Movimento de Unidade Progressista (MUP) do PMDB vai entregar segunda-feira ao Líder Mário Covas um estudo comparativo entre o substitutivo do Relator Bernardo Cabral, o programa do partido e as teses aprovadas pela Convenção Nacional de julho. Com os partidos de esquerda, o MUP deverá apresentar, por outro lado, emendas para no mínimo 18 questões noanteprojeto de Constituição.

O que o grupo pretende é fornecer subsídios à Liderança do PMDB na Constituinte para que, na votação, seja respeitado o resultado da pesquisa realizada, através de questionários, na Convenção Nacional. de julho. Mesmo sem terem feito um estudo apurado, os "progressistas" acharam incompatibilidades nas questões relativas à empresa nacional, educação, comunicação e utilização dos recursos minerais. O trabalho que vão realizar agora deverá desaguar em emendas com textos idênticos aos das teses aprovadas na Convenção.

O Líder Mário Covas disse ontem, após reunião com os "progressistas", que fará todo o possível para que o PMDB siga aquilo que aprovou o seu órgão máximo, que é Convenção Nacional. Ressalvou, entretanto, que não poderá coordenar a bancada nas questões consideradas "opinativas".

— Temas como mandato do Presidente, sistema de governo e sistema eleitoral não estão vinculados à questão partidária e só serão definidos no voto, sem a mínima possibilidade de consenso — afirmou.

Ele se declarou totalmente contrário à vinculação do sistema de governo com o mandato do Presidente José Sarney. Observou que o sistema é permanente e o mandato do atual Presidente temporário. Acrescentou que concorda com a hipótese de se votar o sistema de governo antes dos demais itens expressos no anteprojeto, já que a opção pelo sistema parlamentarista ou presidencialista altera profundamente outros capítulos, como os da legislação eleitoral, os relativos aos poderes das Assembléias Legislativas e os que tratam do funcionamento do Congresso.

Mário Covas defende o parlamentarismo e o sistema eleitoral distrital.

'Moderados' querem mudar anteprojeto

BRASÍLIA — As principais lideranças dos "moderados" na Constituinte repudiaram ontem vários pontos do substitutivo do Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, principalmente a irreversibilida da imissão na posse, na questão da reforma agrária. Criticaram a anistia e pontos do capítulo da Ordem Econômica, mas não faltaram ataques à íntegra do projeto.

Afif e Konder Reis discutem os pontos polêmicos

Para derrubar os pontos com os quais não concordam, os "moderados" começaram a se articular em torno do projeto "Hércules", elaborado pelo "Grupo dos 32". Cerca de 30 parlamentares se reuniram ontem de manhã, na Fundação Getúlio Vargas, e elegeram uma comissão encarregada de identificar os pontos do projeto que não foram acolhidos por Cabral. Estes pontos deverão ser acrescidos de sugestões e apresentados como emendas à Comissão. O trabalho deverá estar pronto até terça-feira.

Os "moderados" pretendem identificar pontos consensuais e obter maioria para defendê-los na Comissão. Apesar de não apontarem ainda os temas, eles têm certeza de que um não obterá consenso: o sistema de governo. Os "moderados" se dividem entre o parlamentarismo e o presidencialismo.

Ao contrário do sistema de governo, a reforma agrária parece ser um tema que une os "moderados".

— O artigo referente à imissão na posse vai ser objeto de emenda supressiva de alguém — garantiu o Senador Virgílio Távora (PDS-CE), para quem o restante da reforma agrária não deverá gerar polêmica.

— Esse decurso de prazo para a questão da imissão na posse é uma ofensa ao Poder Judiciário — afirmou o Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP).

Segundo ele, a fórmula de Cabral não atende a "gregos e a troianos". Cardoso Alves é contra a reforma agrária em terras produtivas, por achar que "desorganizará a produção, agravará a fome e exacerbará a miséria no País". Ele disse que os "moderados" poderão adaptar o texto aprovado na Comissão da Ordem Econômica e apresentá-lo como emenda à de Sistematização. Criticou ainda, no substitutivo, a possibilidade de o Poder Público desapropriar estabelecimentos de saúde.

— Nunca vi, por atraso da Justiça, punir-se a parte — afirmou o Deputado Afif Domingos (PFL-SP), referindo-se à imissão na posse automática, caso o Judiciário não se pronuncie dentro de 90 dias a contar do decreto de desapropriação.

Este, porém, não é o único ponto criticado pelo parlamentar. Afif atacou o capítulo de Ciência e Tecnologia, no subtítulo, que pretende modificar.

— Há uma parte que diz que o mercado interno é patrimônio da União e que cabe ao Estado regulamentar a entrada no mercado interno, sem lei nem nada. Isso é para dar respaldo à SEI (Secretaria Especial de Informática).

O Senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) defende a apresentação de emenda que assegure a reforma agrária e remeta à lei ordinária a sua regulamentação.

O Deputado Gastone Righi (PTB-SP) também é contra a imissão como está no projeto. Para ele, foi uma vitória dos progressistas. Disse ainda que o projeto de Cabral não garante a estabilidade ao trabalhador.

— Isso é bom para rasgar — afirmava irritado o Líder do PFL, Deputado José Lourenço (BA).

Ele disse que, além da reforma agrária, os moderados não aceitam a anistia como está no projeto. Segundo Lourenço, o relator não foi fiel aos entendimentos feitos com as demais lideranças.

Gastone Righi afirmou que os "moderados" pretendem fazer maioria na Comissão. Segundo ele, não está descartada a possibilidade de os "moderados" tentarem mudar o regimento da Constituinte, para apresentar emendas ao substitutivo do Relator Bernardo Cabral antes que ele seja votado.

Foto de Sergio Marques

Sant'Anna, Luiz Henrique e Fernando Henrique em busca do consenso

PMDB tenta unir grupos para não tumultuar votação

BRASÍLIA — Preocupados com o crescente número de grupos e tendências dentro do partido, os Líderes do PMDB na Câmara e no Senado, Luiz Henrique e Fernando Henrique Cardoso, e o Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, decidiram ontem, em reunião, iniciar um esforço conjunto para abrir canais de conversação entre as diversas correntes nesta nova fase de negociações da Constituinte.

Com a presença do Vice-Líder do partido na Constituinte, Euclides Scalco, representando o Líder Mário Covas, os Líderes chegaram à conclusão de que é preciso trabalhar pela unificação dos entendimentos. Hoje ou amanhã haverá novas reuniões, já com a presença do Presidente do partido e da Constituinte, Ulysses Guimarães, segundo relatou um dos Líderes.

O encontro, realizado na sala da Presidência do partido, serviu também para que os Líderes reafirmassem a necessidade de se chegar a um consenso em torno de pontos polêmicos, como a reforma agrária, por exemplo, a fim de evitar enormes concentrações populares diante do Congresso Nacional no dia da votação.

'Centristas' vão propor regime de Presidente forte

BRASÍLIA — O grupo "Centro Democrático" do PMDB, integrado por "moderados", apresentará emendas ao substitutivo Bernardo Cabral para transformar o sistema parlamentarista puro, já proposto, em parlamentarismo mitigado, onde o Presidente da República seja uma figura forte. Segundo o Deputado Expedito Machado (CE), um dos coordenadores do grupo, ele deverá inclinar-se por um regime nos moldes do que foi proposto pelo Senador José Fogaça e aprovado na Subcomissão do Poder Executivo.

O Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, que se integra ao "Centro Democrático", preferiu não detalhar ainda o tipo de regime a ser proposto nas emendas dos "moderados" ao substitutivo, admitindo que mesmo o presidencialismo é uma possibilidade. A seu ver, o ponto de partida para as negociações deve ser o resultado dos trabalhos da Comissão da Organização dos Poderes: um sistema misto.

Ele encomendou à assessoria do Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, um estudo sobre a parte tributária do projeto, visando à apresentação de emendas.

Grupo de Scalco fica satisfeito e só quer fazer pequenos ajustes

BRASÍLIA — O "Grupo Interpartidário", com maioria de parlamentares "progressistas", ficou satisfeito com o substitutivo apresentado terça-feira à noite pelo Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). Nele foram aproveitadas, com apenas algumas adaptações, as propostas do grupo relativas à anistia, sistema financeiro, princípios gerais da ordem econômica, saúde, questão urbana e comunicação.

Para o Deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), coordenador do grupo, o substitutivo de Cabral está muito bem, precisando apenas de ajustes. Citou a necessidade de se eliminar o parágrafo 34 do artigo 6º, no capítulo dos direitos individuais, que "acaba com a reforma agrária". O texto expressa que "ao proprietário de imóvel rural é assegurado o direito de obter do Poder Público declaração, renovável periodicamente, de que o bem cumpre função social".

Para os membros do "Grupo Interpartidário", o substitutivo apresenta grandes avanços nos capítulos relativos aos princípios fundamentais e direitos individuais. A proposta proíbe a escuta telefônica, denunciada nos regimes autoritários e no mesmo capítulo assegura "o acesso às referências e informações que a cada um digam respeito e ao conhecimento dos fins a que se destinam, sendo exigível a correção e atualização de dados, através de processo judicial ou administrativo sigiloso". Com isso, a "esquerda" viu atendida sua reivindicação de ter acesso às fichas do Serviço Nacional de Informações.

A ala mais "progressista" do grupo entende que merece revisão a parte do Poder Judiciário, por não avançar em relação ao que existe hoje. Em contrapartida, o grupo acha que ficou bem traduzida no texto do Relator Bernardo Cabral a descentralização do sistema tributário e, ainda, as definições do que são empresa nacional e empresa brasileira — respectivamente as que têm controle decisório no País e as de controle acionário estrangeiro sediadas no País.

O grupo pretende, ainda, assegurar na Comissão de Sistematização a proposta de reforma agrária contida no substitutivo — que prevê a imissão imediata da posse da terra — e as partes que tratam da questão da reserva de mercado para a informática e do meio-ambiente.

SDeus integrantes têm também confiança na aprovação dos capítulos da comunicação, questão urbana, saúde, princípios gerais da ordem econômica, sistema financeiro e anistia, pois já foram previamente negociados com o "Grupo dos 32", sendo, portanto, apoiados pela maioria da Comissão de Sistematização. Um dos participantes do grupo lembra que os adversários do substitutivo terão que reunir 47 votos na Comissão para poder derrubá-lo.

O "Grupo Interpartidário" volta a se reunir hoje para traçar a estratégia de ação durante os trabalhos da Sistematização e, a partir de amanhã, amplia a discussão com o "Grupo dos 32". A parte relativa ao sistema de Governo é considerada como a mais polêmica e difícil de negociar.